ATA DA 2ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS HUMANOS – CEDH

Aos cinco dias do mês de julho de dois mil e vinte e três, foi realizada a plenária no formato online, com início às 13h30, compareceram na Plenária do Conselho Estadual dos Diretos Humanos (CEDH), os r**epresentantes governamentais:** Maicon de Medeiros, representante titular (Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família – SAS), Débora Nunes Barbosa, representante suplente (Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família – SAS) e Mayara Modolon, representante titular (Secretaria de Estado da Casa Civil – SCC), e representando **a sociedade civil:** Rafaela Ludvig, representante suplente, (Centro de Direitos Humanos de Brusque), Fabrício Bogas Gastaldi, representante titular, (Acontece Arte e Política LGBTI+), Ricardo Maes, representante suplente, (Central Única dos Trabalhadores – CUT) Maria Del Carmen, representante titular (Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina – IMDH-UFSC), Nasser Haidar (Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Braz) e Celina Duarte Rinaldi (Instituto Gentes de Direitos – IGENTES) e como **convidado:** o defensor público senhor João Joffily Coutinho. **A plenária é aberta (1)** pelo presidente Fabrício Bogas Gastaldi (Acontece) que cumprimentou e agradeceu a presença de todos (as), e deu início a reunião passando a palavra para o convidado. O defensor apresentou ao CEDH Campanha promovida pela Associação Nacional de Defensoras e Defensores Públicos Federais – ANADEF sobre temas afetos aos usuários da Defensoria Pública, sendo o tema atual *"Defensoria Pública em Ação pela Inclusão"*. O lançamento nacional foi feito no mês de maio em Brasília, porém as Associações locais ficam livres para trabalhar com a Campanha durante o ano. O convidado mencionou material da Campanha que poderia ser compartilhado com o CEDH, complementou seu relato expondo que a ideia seria realizar um evento no mês de setembro e concluiu mencionando estar convidando entidades, associações e demais órgãos/instituições que trabalhem com temas afins. O presidente Fabrício Gastaldi (Acontece) sugeriu articular com entidades que trabalhem diretamente com o tema e informou ao convidado lista de entidades por segmentos levantadas pelo Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (IMDH-UFSC). Feita a leitura da pauta, foi dado prosseguimento a reunião, embora **sem quórum (2)**, até aquele momento. Foi sugerido pela conselheira Maria del Carmen (IMDH-UFSC), caso não seja atingido o quórum, a aprovação *ad referendum* da prorrogação do mandato da atual gestão, ponto (4) da pauta. Dando prosseguimento foi iniciado o **ponto (3) apreciação do relatório da Comissão de Conflitos Fundiários sobre a ocupação MESTRE MOA e BEIRA RIO** com o relato da vice-presidente. Celina Duarte Rinaldi (IGENTES) lembrou que o relatório com material fotográfico teria sido disponibilizado por e-mail mencionou que tinham muitas pessoas acompanhando, inclusive o Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH. O documento foi aprovado por unanimidade após a entrada do conselheiro Nasser Haidar (CDH Maria da Graça Braz) **atingindo assim o quórum (2)** para deliberações. O documento foi aprovado como uma Recomendação. Celina Rinaldi (IGENTES) explicou que as vistorias estão sendo feitas pela Comissão de Conflitos Fundiários do Tribunal de Justiça de Santa Catarina onde o CEDH-SC é convidado a participar. Quanto a vistoria no município de Chapecó nos dias 05 e 06 de julho, nenhum representante do CEDH poderá participar, porém, a vice-presidente mencionou ter articulado com 3 (três) pessoas da região para estarem participando, e uma dessas seria um padre da Pastoral da Terra, que conhece as ocupações. Foram citadas outras vistorias: Barra Velha no dia 17 de julho e da comunidade Vila Aparecida, na parte continental de Florianópolis, no dia 14 de julho, onde a situação estava judicializada. Por fim, o último informe desse ponto de pauta foi quanto a uma situação nova, de acordo com a vice-presidente Celina (IGENTES) que relatou ter

Pág. 01 de 03 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SST 00001490/2021 e o código LL43EM90.

se iniciado na Defensoria Pública, mais especificamente no Núcleo de Habitação e Urbanismo e Direito Agrário – NUHAB. A situação se trata de conflitos nos condomínios MINHA CASA, MINHA VIDA, nos municípios de Jaraguá do Sul e Joinville, em que estão sendo cobrados valores abusivos e apartamentos estavam sendo leiloados por conta de condomínios. Segundo o relato, os condomínios estariam abandonados pelas prefeituras e pelos Centros de Referências de Assistência Social dos municípios em questão. Celina Rinaldi (IGENTES) explicou que é o condomínio que estava levando o imóvel a leilão e não a Caixa Econômica Federal. Acrescentou ao seu relato que apesar de se tratarem se situações semelhantes, em Jaraguá do Sul teria uma ação judicial e a Defensoria conseguiu suspender tais cobranças abusivas. Apesar de ser a mesma empresa que administra ambos condomínios das regiões citadas, a situação de Jaraguá apresentava-se de forma mais organizada, segundo relato da vice-presidente. A proposta colocada seria de convidar a prefeitura de Joinville e o Centro de Referência do município para que se possam atender as demandas dessas famílias. Para finalizar Celina Rinaldi (IGENTES) comentou que na Conferência a Comissão irá apresentar algumas propostas na área de habitação. Quanto ao plano de trabalho da Comissão em questão ficou deliberado de ser apresentado com as devidas considerações na próxima gestão e incluído pedido de prorrogação para dar continuidade aos trabalhos, inclusive da Comissão de Garantias de População de Rua. **Encaminhamento: fazer o encaminhamento do documento aos órgãos/autoridades competentes.** Dando continuidade à reunião foi discutido o **ponto (4) de pauta acerca da apreciação da necessidade de prorrogar o prazo da gestão atual**. O presidente fez um breve relato explicando que a atual gestão encerra seu mandato no dia 23 de julho de 2023 e como a Posse e reunião para escolha da Mesa está agendada para o dia 26 de julho e evitar o que aconteceu na gestão anterior e de forma a ter uma segurança nos trabalhos do CEDH. A secretária explicou que devido ao grande volume de documentos recebidos a publicação poderia demorar a sair e como forma de assegurar o andamento dos compromissos assumidos pelo Conselho, o mais correto seria se resguardar através da publicação de documento, neste caso uma Resolução prorrogando o mandato, evitando uma possível inoperância. A conselheira Maria del Carmen (IMDH-UFSC) sugeriu uma Resolução *Pro Tempore* porque não teria prazo e depois ser feita uma nova Resolução com a nomeação. O **documento foi aprovado**. Encaminhamento: **Solicitar a publicação da Resolução Pro Tempore**. Com relação ao **ponto (5)** de pauta referente a **reunião** com a **equipe Federal do Programa de Proteção de Defensores/as de Direitos Humanos (PPDDH)** realizada no dia 03 de Julho do ano corrente no gabinete do presidente da Comissão de Direitos Humanos da **Assembleia Legislativa de Santa Catarina – ALESC**, Fabrício Gastaldi (Acontece) relatou serem 10 (dez) o número de pessoas acompanhadas no estado pelo Programa que fazem articulações para ajudar os defensores/as. O presidente do conselho expôs os casos que mais o chamaram atenção foram: Araquari, Morro dos cavalos e das legisladoras que sofreram ameaças. Os 2 (dois) grupos que estão sofrendo maior ameaças diretas de morte seriam: os indígenas – tanto a comunidade de Morro dos cavalos quanto a Tarumã, em Araquari – e as legisladoras, principalmente as mulheres LGBT. Foram citadas as legisladoras: Carla Ayes, Maria Teresa Capra, Ana Lúcia Martins e Giovana Modardo. Fabrício Gastaldi (Acontece) explicou que os estados que não tem Grupo de Trabalho Técnico são acompanhados pela Equipe Federal do Programa (PPDDH), foi solicitado à essa formalizar pedido ao CEDH para implantação do Grupo de Trabalho Técnico. Foi mencionado que a equipe passará 10 (dez) dias no estado junto com o Ministério Público (MPSC). O presidente disse que em sua fala cobrou maior celeridade da Polícia Federal e do Tribunal de Justiça na busca pelas pessoas que fazem as ameaças, e ter lembrado que *"o país é signatário de uma série de acordos bilaterais e unilaterais que podem pedir quebra*

Pág. 02 de 03 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SST 00001490/2021 e o código LL43EM90.

de sigilo das virtual private network (VPN), que se tratam de dispositivos que desmascaram os Internet Protocol (IP), os endereços eletrônicos". Na sequência foi iniciado o **ponto (6) Informe sobre convite do MPSC para compor o Termo de Cooperação Técnica para vistoriar as comunidades terapêuticas sobre violações de Direitos Humanos.** O presidente informou que o promotor Douglas teria entrado em contato convidando o CEDH a firmar acordo com vários órgãos, inclusive o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) nas vistorias em espaços de comunidades terapêuticas, com prazo para resposta. Fabrício Gastaldi (Acontece) mencionou ter respondido que a Comissão de Legislação e Normas ficará responsável por responder essas questões, que o CEDH deve aderir ao Termo uma vez não existir nem Comitê nem Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura no estado. Apontou a importância para que nas próximas comunicações com o referido órgão seja solicitado que este cobre do Estado a implantação do Mecanismo e do Comitê de Prevenção e Combate à Tortura. Acrescentou ao seu relato que existem inúmeras comunidades terapêuticas financiadas com dinheiro público e apontou o estado como um dos maiores violadores de Direitos Humanos. Finalizou reforçando para que seja dada continuidade pela próxima gestão da cobrança do Mecanismo e Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, somado a criação do Grupo de Trabalho Técnico do PPDDH. Quanto aos **informes gerais (7)**, a secretária do conselho lembrou ao presidente de comunicar sobre **documento recebido pelo CEDH enviado pelo Ministério Público Federal (MPF) com prazo de resposta em até 15 (quinze) dias** sobre a recomendação referente aos discursos de ódio após período eleitoral. O conselheiro Ricardo Maes (CUT-SC) mencionou ter recebido uma demanda pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina – SINJUSC, onde está sendo discutida a questão do **plantão judiciário que se tornou regionalizado** no final do ano anterior. O conselheiro explicou que nas audiências de custódia o preso é solto e, em alguns casos, em municípios distantes de seu local de origem. Ricardo Maes (CUT-SC) mencionou ser esse um dos problemas que vem ocorrendo com o modelo de plantão citado, elencado pelo supracitado sindicato que está discutindo elaborar nota do ponto de vista de Direitos Humanos. Uma proposta prática feita pelo conselheiro seria quanto a garantir a essas pessoas a quem sejam concedidas liberdade que tenham acesso ao transporte público. O presidente Fabrício (Acontece) sugeriu construir uma Recomendação tanto para o departamento de administração prisional – DEAP/SAP e Tribunal de Justiça de Santa Catarina – TJ/SC. O defensor público João Joffily Coutinho (DPE/SC) propôs instar a DPE/SC que possui um núcleo de atuação prisional. **Encaminhamento: Construir uma Recomendação para enviar as autoridades competentes.** Quanto ao informe mencionado pela Secretária do conselho, Fabrício Gastaldi (Acontece) explicou que o Ministério Público Federal (MPF) solicitou informações ao CEDH sobre o Termo de Cooperação Técnica assinado anteriormente sobre as questões referentes às eleições. O presidente lembrou que foi feita uma reunião com o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE/SC). Nessa reunião ficou decidido que as denúncias e apurações ficaram por conta do aplicativo *pardal* e do próprio Tribunal, que é o responsável pelo acolhimento das denúncias, e o CEDH-SC apenas orientasse as pessoas a encaminhar as denúncias para o aplicativo do TRE/SC. O presidente disse que a resposta feita ao MPF seria essa. O ponto foi concluído com a informe do presidente sobre a **Rede de Conselhos Nacional**, onde os representantes seriam a vice-presidente Celina Rinaldi (IGENTES), o próprio presidente do conselho e o conselheiro Maicon de Medeiros (SAS), estaria agendada uma reunião para os dias 08 e 09 de agosto, com prazo de resposta de participantes até a semana anterior. Em virtude da impossibilidade da vice-presidente, foram acionadas outras pessoas, que também não poderiam se fazer presentes, o presidente resolveu indicar a ex-conselheira Erli Camargo (FINER) e a gerente de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos, Débora Nunes Barbosa (SAS). Não havendo manifestações contrárias o presidente agradeceu a presença de todos/as, convidando-os/as a estarem presentes na Conferência Mesorregional de Grande Florianópolis, e deu por encerrada a reunião. Eu, Manuela Brandão da Silveira Ribeiro, lavrei a presente ata, e juntamente a Fabrício, presidente do CEDH/SC assinamos.

Pág. 03 de 03 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SST 00001490/2021 e o código LL43EM90.

Assinaturas do documento

Código para verificação: **LL43EM90**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

FABRÍCIO BOGAS GASTALDI (CPF: 362.XXX.798-XX) em 28/07/2023 às 13:21:48
Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/07/2021 - 16:43:35 e válido até 28/07/2121 - 16:43:35.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MThfMDAwMDE0OTBfMTQ5MF8yMDIxX0xMNDNFTTkw ou o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo **SST 00001490/2021** e o código **LL43EM90** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.